

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL (CACS) DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).

Aos vinte oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às quinze horas, de maneira virtual, através da Plataforma Google Meet, aconteceu a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) – Itabirito. A reunião aconteceu de maneira virtual como resultado de uma pesquisa realizada com os conselheiros cujo resultado foi de 70,6% para que a reunião fosse realizada dessa maneira. Estiverem presentes os seguintes conselheiros: Fabiano Teixeira Garcia, Ana Carolina Pereira Lopes, Cláudia Regina Serra, Edna Aparecida Ribeiro, Maria das Graças Teixeira Figueiredo, Josélio Ferreira de Oliveira, Lucyléa Maria Carraro, Rosália Belintani Magalhães, Alaete Júnior de Castro, Bárbara Cristina Martins Barbosa, Alberta Aparecida Martins Bueno, Maria Salete Vasconcelos, Anésia da Conceição Carvalho Pedrosa. O presidente do CACS – FUNDEB Fabiano Garcia, iniciou a reunião desejando boas vindas a todos os conselheiros e ressaltando essa ser a primeira reunião após a reunião de posse. O presidente começou apresentando slides que traziam algumas funções dos conselhos e ressaltou que nas projeções seguintes, tais atribuições seriam melhor detalhadas e explicadas. Foram apresentadas as seguintes funções dos conselheiros:

- Acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;
- Supervisionar a realização do censo escolar anual;
- Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas ao Tribunal.
- Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão executor dos programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

Logo após a apresentação e leitura dessas funções, foi sugerida a discussão sobre a necessidade da criação de um documento (ofício) a ser emitido pelo Conselho à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) solicitando da mesma a formalização dos nomes dos responsáveis por informações e documentos acerca de:

- ✓ Prestação de contas e documentação do FUNDEB;
- ✓ Informações sobre o Censo Escolar;
- ✓ Informações sobre Transporte Escolar e PNATE, assim como rotas e fiscalização do transporte escolar.

Foi ressaltado pelo presidente a importância das informações corretas e precisas em relação a esses temas, uma vez que é responsabilidade desse Conselho fiscalizar e acompanhar a utilização de verbas destinadas aos temas os quais serão solicitadas informações. Sendo assim, os nomes dos responsáveis para sanar dúvidas e fornecer informações são de extrema importância até mesmo para que esse Conselho emita pareceres com informações exatas e verdadeiras. Após a proposição, o presidente pediu que as pessoas se manifestassem dando suas opiniões e impressões acerca da elaboração do documento (ofício). O conselheiro Josélio Ferreira ressaltou que a ideia é boa, pois essas pessoas poderiam fornecer informações ao grupo de conselheiros novatos para que possamos caminhar. De acordo com o mesmo a ideia está de bom tamanho. A conselheira Salete afirmou que informalmente algumas pessoas sabem que a quem devemos recorrer para obter tais informações, mas a formalização, o oficial, será importante para não ficar somente no “eu acho” e recorreremos às pessoas corretas. Não havendo mais nenhuma observação e/ou objeção sobre o tema, foi aprovada a criação do ofício. O presidente, dando sequência à pauta, afirmou ter recebido uma notificação do Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) de uma pendência no envio do relatório para emissão do parecer do PNATE – Fundamental. Foi informado pelo presidente Fabiano Garcia, que o questionário foi reproduzido e encaminhado para a presidente do FUNDEB da gestão passada Eliane Souza, para que a mesma respondesse e encaminhasse as respostas. As respostas foram encaminhadas para o presidente e o mesmo fez a inserção das respostas na Plataforma SIGECON, gerando ao final, o parecer e o recibo de envio. O presidente deixou claro que no referido recibo traz uma observação isentando o atual mandato do CACS das responsabilidades das respostas ali inseridas. OBS: O Parecer Conclusivo foi realizado com base em informações disponíveis nesta data, não se responsabilizando o atual mandato deste CACS pelas informações ali registradas e acompanhadas pelo mandato anterior. Ressaltado pelo presidente, que nos anos de vigência da atual gestão, deverão ser emitidos pareceres acerca a questionários que serão respondidos pelos conselheiros, foram apresentadas as perguntas dos questionários a serem respondidos. As primeiras perguntas apresentadas foram sobre o

PNATE, totalizando 12 perguntas ao todo. A saber: 1) O CACS tem local e equipamentos para funcionamento? 2) São disponibilizados veículo e combustível para deslocamento de Conselheiros quando necessário? 3) São disponibilizados documentos e informações suficientes para desenvolver as atividades de acompanhamento e análise das contas do PNATE? 4) O CACS realiza alguma verificação nas rotas ou percursos e nos veículos do transporte escolar? 5) O CACS tem conhecimento se o município realiza fiscalização ou controle periódico do serviço de transporte escolar ofertado? 6) Foi oferecido transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural dessa entidade executora? 7) O CACS realiza acompanhamento da execução do PNATE (verificação de veículos, rotas etc.) durante o período letivo, inclusive da aplicação dos recursos junto à EEx, com qual periodicidade? 8) A população contata esse CACS para reclamar/denunciar/elogiar/sugerir sobre o transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural desse município? 9) Qual a frequência que o CACS se reúne para avaliar a execução do transporte escolar? 10) Os veículos destinados ao transporte escolar transportam outras pessoas (caronas) além dos estudantes da educação básica? 11) Os veículos do transporte escolar circulam com número de estudantes além da sua capacidade, ou seja, em pé por falta de assentos? 12) Os veículos mantidos com recursos transferidos à conta do PNATE atendem às determinações (Habilitação do motorista; condições do veículo etc.) do Código de Trânsito Brasileiro / Normas da Autoridade Marítima?

Após as apresentações das perguntas dos questionários, foi colocado em debate as possibilidades e estratégias de fiscalização a serem realizadas de acordo com as respostas a serem dadas nos pareceres. A conselheira Rosália Belintani, fez um questionamento sobre o transporte escolar, perguntado se ele era de uma empresa só ou de outras empresas. O presidente Fabiano Garcia informou que ele não tinha tal informação e que o objetivo de pedir um nome para SEMED era justamente, com esse objetivo, questionar às pessoas certas e que eles nos deem respostas precisas. O conselheiro Josélio pediu a palavra e sugeriu que antes de elaborarmos um planejamento e protocolos de fiscalização, que conheçamos primeiro a equipe de transporte e a logística de funcionamento e que após isso criemos essas estratégias de fiscalização. Foi pedido a opinião dos demais conselheiros e sem manifestação contrária, ficou decidido que esse Conselho esperaria o conhecimento das informações sobre o transporte. Na sequência, o presidente deixou a palavra livre para alguma manifestação. Não havendo nada a decidir, debater ou manifestar, o presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Fabiano Teixeira Garcia
Presidente CACS-FUNDEB

Edna Aparecida Ribeiro
Representante de organização da sociedade civil

Alaete Júnior de Castro
Representante do Conselho Municipal de
Educação

Josélio Ferreira de Oliveira
Representante da Secretaria Municipal de
Educação

Alberta Aparecida Martins Bueno
Representante dos professores da Educação
Básica

Lucyléa Maria Carraro
Representante de organização da sociedade civil

Ana Carolina Pereira Lopes
Representante dos estudantes da Educação
Básica

Maria das Graças Teixeira Figueiredo
Representante da Secretaria Municipal de
Educação

Anésia da Conceição Carvalho Pedrosa
Representante da Secretaria Municipal de
Educação

Maria Salete Vasconcelos
Representante dos diretores das escolas básicas
públicas

Bárbara Cristina Martins Barbosa
Representante dos pais de alunos das escolas
básicas públicas

Rosália Belintani Magalhães
Representante de organização da sociedade civil

Cláudia Regina Serra
Representante dos servidores técnico-
administrativos das escolas básicas públicas